



Presidente **p.6**

As ideias responsáveis  
sobrepõem-se à cartilha  
de banalidades



PSD **p.16**

Dívida soberana  
portuguesa melhora  
classificação

# POVO LIVRE



nº 1890

23 de Setembro de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## PÔR FIM AO "CICLO VICIOSO" DE RESGATES EXTERNOS



O Presidente do PSD num comício em Faro

# Aumento do emprego é uma realidade



refugiados entre os Estados-membros. “Portugal contribui da forma mais construtiva possível para que o entendimento e o acordo fosse alcançado e, do nosso lado, estamos disponíveis para ajudar relativamente ao número de realojamentos que a Comissão Europeia entendia ser necessário fazer, poder dar ainda um contributo maior para ultrapassar esta situação, mas não podemos impor a vontade aos restantes estados”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho afirmou também que António Costa “já pode” chamar os jovens portugueses que emigraram a regressar a Portugal, porque o Governo tem desenvolvido políticas de emprego e crescimento económico. “Chegamos a um momento que o desemprego baixa e o emprego começa a mostrar ‘qual candeia que alumia à frente’ um melhor tempo que aí vem, com mais crescimento económico e ainda mais crescimento de emprego do que temos tido nos últimos meses”, disse. “É caso para dizer: agora até o doutor António Costa já pode convidar os jovens portugueses que emigraram a regressarem a Portugal porque nós já estamos a criar emprego para que isso seja possível”, ironizou.

O presidente social-democrata, que falava durante um almoço com apoiantes da coligação PSD/CDS-PP, no Núcleo Empresarial da Região de Portalegre (NERPOR), contou ainda com as palavras de Paulo Portas nas críticas ao secretário-geral do PS.

## Évora: Nenhum governo afecta rendimento das pessoas “por prazer”

O líder da coligação Portugal à Frente declarou que o Governo recebeu do PS um país “em bancarrota” e que nenhum governante “aceita afectar o rendimento das pessoas por divertimento” ou “prazer”. De acordo com Passos Coelho, se o Governo o fez “foi rigorosamente porque não havia nenhuma outra maneira de um país sem dinheiro baixar o seu défice e a sua despesa e viver com o ‘envelopezinho’ financeiro que lhe foi entregue, negociado pelo governo anterior”, de maioria PS.

O presidente do PSD, acompanhado pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, falava na terça-feira à noite em Évora, durante um jantar com apoiantes. Passos Coelho expressou que os “adversários” da coligação “detestam” que o PSD/CDS-PP recorde qual o “ponto de partida” em que, há quatro anos, o executivo recebeu o país. “E, na verdade, temos de o fazer porque tudo o que fizemos nos primeiros anos e muito do que fizemos nestes quatro anos não é dissociável desse ponto de partida”, frisou, questionando se “alguém no Governo teria tomado a iniciativa de manter ou alargar cortes salariais ou em pensões se o país não estivesse em bancarrota?”.

Portugal foi o país que “mais cresceu em emprego do primeiro para o segundo trimestre” deste ano. O líder do PSD reagiu, dia 15, aos dados divulgados pelo Eurostat, gabinete oficial de estatísticas da UE, segundo os quais Portugal registou o maior crescimento na taxa de emprego (1,3 por cento) no segundo trimestre deste ano, face ao primeiro, tendo o indicador subido 0,3 por cento na zona euro e 0,2 por cento na União Europeia. “Nós trabalhamos muito ao longo destes anos em Portugal, os portugueses, os empresários, os sindicatos, aqueles que construíram o diálogo social e prepararam reformas importantes no país para propiciar, justamente um clima de recuperação”, observou.

Segundo o gabinete oficial de estatísticas da UE, na variação em cadeia, Portugal foi o país onde se verificou a maior subida da taxa de emprego entre Abril e Junho, face ao período entre Janeiro e Março deste ano, com um aumento de 1,3 por cento, seguindo a Grécia (1,2 por cento), da Irlanda e de Espanha (com 0,9 por cento cada) e a Estónia (0,7 por cento).

O Primeiro-Ministro lamentou ter falhado o acordo entre os ministros do Interior da União Europeia em torno da proposta da Comissão Europeia de recolocação de mais de 120 mil

Durante a sua intervenção no jantar, Passos Coelho alertou para o perigo de, na sequência das próximas legislativas, se “voltar à velha política demagógica e proteccionista” que levou o país “à bancarrota e aos sacrifícios” dos últimos anos.

Estas eleições, prosseguiu, “mostrarão que, da mesma maneira que não foi um acaso o país entrar na bancarrota, também a recuperação da economia, o crescimento do emprego, o combate às desigualdades e um futuro por uma sociedade mais coesa e vigorosa não acontecerá por acaso, depende da vontade dos portugueses”.

No seu discurso, o cabeça-de-lista da coligação por Évora, António Costa da Silva, definiu como objectivo “não só eleger o deputado”, dos três que são eleitos neste círculo, mas também “ganhar em Évora”. “Entrámos nestas eleições para ganhar. Primeiro para ganhar o país, mas também queremos ganhar em Évora. Não queremos só eleger o deputado, queremos ganhar em Évora. Évora não pode ficar cor-de-rosa”, afirmou.

## Portugueses pagam menos 300 milhões com medicamentos

Os contribuintes pagam actualmente “menos cerca de 300 milhões de euros em medicamentos” e recordou um diálogo com uma pensionista na segunda-feira para ilustrar essa diminuição de encargos. “As famílias pagam hoje menos cerca de 300 milhões de euros em medicamentos”, afirmou Pedro Passos Coelho, no encerramento de uma conferência sobre economia social, para apoiantes da coligação, em Cascais.

Passos Coelho recordou que há dias encontrou “uma senhora que estava muito aborrecida pelo facto de, sendo diabética, pagar muito pelos seus medicamentos”, referindo-



-se a uma conversa que manteve com uma pensionista na segunda-feira. “Eu na altura recordei-lhe que, por ser diabética, para tudo o que eram tratamentos ligados à sua doença crónica, ela estava isenta de taxa moderadora e que os medicamentos que ela consome, em particular se forem genéricos porque a quota de genéricos aumentou consideravelmente e nesse caso o preço ainda caiu mais do que na média dos outros medicamentos, ela pagaria muito menos pelos medicamentos que estava a consumir”, afirmou.

O líder social-democrata defendeu, na sua intervenção, que o Governo deu uma resposta adequada à “emergência social”, sendo a parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), “essencial para proteger aqueles que estão mais desprotegidos, que são as crianças, os mais velhos e as pessoas com deficiência”.

Passos Coelho lembrou que o Governo teve de pagar dívidas a essas IPSS e renovou uma crítica feita hoje de manhã pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, à oposição. “Quando consulto, por dever de ofício, os programas de outras candidaturas nestas eleições, e vejo a desconfiança que destila nos comentários que fazem sobre as IPSS, espanto-me como é que é possível que, ao fim de 41 anos de democracia, pessoas que se querem afirmar na sociedade portuguesa como progressistas, solidárias, acham que podemos dispensar o trabalho daqueles que menos nas palavras e mais nos actos têm sido mais solidários no seu dia-a-dia para que os portugueses possam viver melhor”, argumentou.

## Estabilidade política

Numa conferência no Instituto Superior de Gestão, em Lisboa, o presidente do PSD afirmou que o caminho de abertura económica deu frutos, gerou crescimento económico e emprego, e pediu estabilidade para prosseguir essa estratégia. Destacou em particular as políticas seguidas nos últimos quatro em matéria de educação, destacando a introdução do “ensino de natureza vocacional”, e de emprego, considerando que é preciso “insistir” nas acções de formação.

No final desta iniciativa de pré-campanha, Passos Coelho afirmou que “é preciso estabilidade”, argumentando que “os investidores fogem quando há instabilidade política, quando há instabilidade fiscal, quando há imprevisibilidade sobre o caminho que se vai seguir”, mas “redobram também a sua confiança, traduzida em mais investimento, quan-





do vêem estabilidade e ao mesmo tempo uma estratégia bem definida para futuro": "Essa estratégia tem vindo a ser desenhada. E vai uma diferença muito grande entre debitar meia dúzia de ideias avulsas sobre como crescer e como gerar emprego e, de facto, gerar emprego e pôr a economia a crescer. Nós que hoje podemos começar a colher os frutos dessa estratégia, agora podemos dizer: nós continuamos a precisar que a nossa economia cresça e que possa gerar mais emprego".

Perante uma plateia de jovens, o presidente do PSD declarou que pretende "que esse emprego seja cada vez mais bem qualificado e não deixe ninguém de fora", reiterando a sua promessa de combate às desigualdades na próxima legislatura.

O chefe do Governo especificou que não esquece "todos aqueles que perderam o seu emprego e todos aqueles que, sendo muito jovens, não conseguiram entrar no mercado de trabalho com sucesso". Depois, referiu-se especialmente aos desempregados com mais baixas qualificações: "Para todos esses, ou o Estado desenha programas muito bem-sucedidos de acordo com aquilo que são as suas capacidades de partida e as necessidades que o mercado pode propiciar, ou não o fazendo está a condenar todos esses portugueses a uma



pobreza permanente, a uma subsídio-dependência, a serem um custo para a sociedade, para as suas famílias e uma fonte de frustração e de angústia para cada um daqueles que está nesta situação”.

“Nós temos de saber gerar soluções muito à medida também do tipo de emprego que foi gerado e daqueles que não conseguiram apanhar desde logo a oportunidade do emprego”, concluiu Passos Coelho, enaltecendo “a formação que é dirigida ao nível do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)” e “também ao nível da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)”.

No que respeita ao “ensino de natureza vocacional”, o presidente do PSD salientou que a participação das empresas não foi financiada por fundos comunitários. “Num país que se habituou a usar fundos europeus para quase tudo, como foi o caso para Portugal, não foi fácil que aceitassem esta formação sem ser remunerada por fundos europeus”, observou.

Passos Coelho admite que os problemas “não se resolvem de um dia para o outro”, mas reclamou que a coligação PSD/CDS-PP tem vindo “a resolver esses problemas” e apresenta como resultado “uma economia muito diferente” da de 2011, com “cada vez mais” atracção de investimento, “um crescimento que não está a gerar dívida” e sem dificuldades de financiamento para a maior parte das empresas e para o Estado.



## Festa da Juventude em Oeiras

Em Oeiras, durante o discurso na festa da Juventude da coligação PSD/CDS-PP, Passos Coelho voltou a criticar a falta de apoio ao longo destes últimos quatro anos “daqueles que acharam que se tudo corresse bem, tudo poderia ser mau para eles nas eleições, mesmo que isso tivesse que ser mau para Portugal”. “Nós não estivemos no Governo com nenhum calculismo. Só tivemos uma preocupação: não falhar. Se tivéssemos andado a ‘syrizar’, como tantos queriam e diziam que seria bom para a Europa e para Portugal, se nós tivéssemos seguido esse caminho, nós teríamos falhado”.

O líder da coligação PSD/CDS-PP considerou que quem não apoiou Governo não percebeu que “o futuro não se ganha por uma questão de gratidão” e que vence “as eleições quem sabe o que quer para futuro”. “À míngua de não reconhecerem o nosso sucesso, prefeririam que o país pudesse estar pior para que eles pudessem ter mais votos nas eleições”, acusou.

Passos Coelho recordou que aquilo que o “Governo fez nestes quatro anos tem que ser explicado também por essa circunstância inicial”, da situação em que estava o país em 2011. “Nós não estamos a passar culpas, embora, aqui para nós, não ficasse nada mal que quem as têm que as assumisse”, atirou, numa referência implícita ao PS.

Insistindo na necessidade de interromper “este ciclo de desigualdades que existe em Portugal”, o Primeiro-Ministro defendeu que “o Estado não tem de oferecer nada a ninguém, a não ser garantia de justiça, de equidade, tratando todos por igual”.

“Para isso temos de ter um sistema de financeiro que não funcione para os amigos, mas funcione para quem tem mérito. Para isso nós temos de ter um Governo que apela à coesão de todos os portugueses e do país e não de um partido que quer dividir no Governo os portugueses e escolher com quem fala e com quem não aceita falar”, criticou.

Passos Coelho terminou o discurso deixando um apelo aos jovens do PSD e do CDS-PP presentes na Festa da Juventude: “lutem por um resultado que garanta a Portugal que não se anda para trás, pelo contrário, que damos mesmo uma virada grande neste 41 anos de democracia para podermos ser a nação que ambicionamos e que merecemos ser”.



Frente-a-frente radiofónico

# As ideias responsáveis sobrepõem-se à cartilha de banalidades



jeitar a condição de recursos. Perante a insistência em exemplos concretos, o líder socialista esquivou-se sempre com frases-feitas e uma cartilha de banalidades: “Trataremos disso serenamente no âmbito da concertação social, onde, no quadro da concertação estratégica, temos de ter um equilíbrio virtuoso entre a melhoria dos rendimentos, a sustentabilidade do Estado social e a evolução da fiscalidade”, afirmou, por exemplo, o líder do PS.

“Criar uma nova prestação, que é o complemento salarial, custará nas contas do PS mil milhões de euros. Se calhar é a pensar nestes mil milhões que o PS quer com a condição de recursos cortar mil milhões às prestações sociais não contributivas, mas isso António Costa não tem conseguido esclarecer”, apontou Passos Coelho.

O líder do PSD aproveitou ainda este ponto das prestações sociais não contributivas para lançar ataques globais ao programa do PS: “É aqui que se vê onde a retórica e a demagogia chocam com a realidade”. “Os programas têm de ser transparentes e o senhor tem de dizer quais são esses mil milhões de euros de poupança. Têm de ser prestações importantes”, sugeriu Passos Coelho.

António Costa passou o tempo a não responder às perguntas que lhe eram colocadas. Uma tática já aliás esgrimida no primeiro debate, onde a qualquer pergunta Costa respondia com “está no programa do PS”. Passos Coelho, ao longo do debate, acusou várias vezes o secretário-geral do PS de usar uma “retórica” sem correspondência com a realidade, de já ter dito tudo e o seu contrário no plano político e de falar consoante os auditórios que tem pela frente

No final, Pedro Passos Coelho destacou que o frente-a-frente foi esclarecedor, mostrando, uma vez mais, por que é mais bem preparado para continuar a gerir os destinos do país. “Espero que com as regras que seguimos neste debate ele possa ter contribuído ainda mais do que o da semana passada para o esclarecimento dos portugueses. Confrontámos ideias que se percebe que são muito distintas, quer sobre o passado, quer sobre o futuro”, apontou.

O Primeiro-Ministro lembrou que as maiores dificuldades estão ultrapassadas e que a economia está a crescer. “Mesmo quando os nossos opositores e o Partido Socialista nega a realidade de recuperação que estamos a viver, os portugueses sentem que há mais emprego a ser criado, que a economia está a crescer”, frisou.

Passos Coelho acusou ainda Costa de não ter uma política de alianças definida e de mostrar “simpatia nuns dias por quem quer sair da União Europeia e do euro, noutros dias quer-se comportar como muito moderado e dizer que tem uma alternativa que cumpre as regras”. “Mas na prática, aquilo que nós sabemos é que os partidos na Europa que começaram com este discurso acabaram a ter de executar mais austeridade do que aquela que existia antes, e esse caminho nós não queremos para Portugal”, vincoou.

O líder da coligação Portugal à Frente afirmou ainda que Portugal “tem hoje condições para perceber quem é que tem vontade de acrescentar futuro, como já acrescentou até aqui”.

Maria Flor Pedroso (Antena 1), Graça Franco (Rádio Renascença) e Paulo Baldaia (TSF) foram os moderadores do debate, acompanhado por 1,272 milhões de ouvintes (dados da Marktest).

O líder da coligação Portugal à Frente foi o primeiro a chegar ao Museu da Electricidade, em Lisboa, seguindo-se o secretário-geral do PS, António Costa, a entrar no palco, onde se realizou o último debate. O confronto entre os dois candidatos teve transmissão inédita e simultânea na Antena 1, Rádio Renascença e TSF, à semelhança do que aconteceu no primeiro debate entre os dois, transmitido nas três televisões generalistas de sinal aberto.

O presidente do PSD responsabilizou os socialistas pela austeridade praticada em Portugal e ligou António Costa à “aventura” do Syriza grego. Recorde-se que Costa saudou a vitória eleitoral de Alexis Tsipras, defendeu que governou nos últimos quatro anos de acordo com a linha europeia. Passos Coelho dirigiu uma primeira crítica pertinente: “Nos últimos quatro anos, o PS deu a entender que se verificava uma fractura, havendo partidos com afinidades socialistas que tinham uma visão oposta à do Governo português. Mas, da mesma maneira que António Costa começou por saudar a vitória do Syriza, para depois dizer que afinal o Syriza seguia uma estratégia tonta - isto sempre ao sabor das consequências trágicas que estavam a ocorrer na Grécia -, foi também manifestando a sua surpresa por outros governos socialistas na Europa estarem alinhados com as condições reais que tiveram de enfrentar, fosse no caso francês ou italiano”, apontou.

Ao contrário da via política do PS baseada “numa retórica sem fiabilidade”, segundo Pedro Passos Coelho o Governo português, “felizmente, não precisou de nenhum revisionismo para responder aos problemas”. “Quando cheguei a Primeiro-Ministro o desvio nas contas públicas era superior a um por cento do PIB (Produto Interno Bruto). A austeridade teria sido evitada se o Governo do PS não tivesse conduzido o país quase à bancarrota - algo que continua a não reconhecer ao fim de quase quatro anos, o que lhe fica mal”, alegou, com António Costa a reagir imediatamente: “O PS assume todas as suas responsabilidades”.

O presidente do PSD desafiou o líder do PS a esclarecer como tenciona poupar mil milhões de euros em prestações sociais não contributivas até 2019, mas António Costa remeteu esse objectivo para a concertação social. O Primeiro-Ministro quis ainda sublinhar a seguinte ilação: “Se não sabe dizer quais serão as prestações afectadas por isto [sujeição a condição de recursos], significa que lhe puseram um número que o senhor não compreende a que diz respeito”, disse.

Nesta fase do debate sobre políticas sociais, António Costa foi várias vezes interrogado sobre quais as prestações sociais não contributivas que um Governo socialista tenciona su-

# “Discriminação positiva” nas portagens do interior

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, admitiu na Guarda, que existem condições para aplicar uma “discriminação positiva” nas portagens das auto-estradas do interior e do Algarve, para o tráfego ligeiro e de mercadorias. “Estamos em condições de fazer isso muito rapidamente”, anunciou Passos Coelho, durante uma visita à fábrica Coficab, na Guarda.

O líder do PSD respondeu ao director-geral da Coficab - Companhia de Fios e Cabos, que lhe perguntou se tinha algum “plano” para as portagens. Pedro Passos Coelho explicou que há quatro anos tinha duas prioridades, a primeira relacionada com a renegociação dos contratos das parcerias público-privadas (PPP), para “travar tudo o que eram parcerias público-privadas que não tinham sentido e que iam acumular ainda mais responsabilidades para o futuro”. “E essas pararam”, afirmou, adiantando que “prossegiram apenas duas ou três que já tinham trabalhos muito adiantados e, pelo menos, em dois casos que se justificavam, sobretudo na acessibilidade a Bragança, que não tinha, à época, nenhuma. Era praticamente a única zona do país que não tinha nenhuma acessibilidade desse tipo. E depois, fazer a renegociação desses contratos, que eram ruinosos”, especificou o líder social-democrata.

Segundo Passos Coelho, com este trabalho o Governo poupou “cerca de 7.200 a 7.300 milhões de euros para os próximos 25 anos”.

A segunda prioridade, explicou, “era conseguir que todas as regiões do interior e o Algarve, por uma razão muito específica, tivessem um custo das portagens (...) que promovesse a acessibilidade ainda mais e o desenvolvimento, e, portanto, tivesse uma discriminação positiva no custo da portagem”.

“Devo dizer que, após termos feito a renegociação toda, podíamos ter logo decidido. Não o decidimos por uma razão: porque se o tivéssemos feito as pessoas iriam dizer que o fazíamos por razões eleitorais. Deixámos isso no nosso pro-

grama, apesar de termos todas as condições para o praticar já”, explicou.

“Os contratos foram renegociados e agora temos condições para fazer essa discriminação. E mais. Essa discriminação será feita quer relativamente ao tráfego ligeiro, quer também ao de mercadorias”, afirmou, acrescentando: “Estamos em condições de fazer isso muito rapidamente”.

Ainda antes do almoço, Pedro Passos Coelho visitou o Instituto Politécnico da Guarda (IPG).

## Castelo Branco: Se continuarmos este caminho o “rating” de Portugal sairá do “lixo”

Já em Castelo Branco, o presidente do PSD destacou a melhoria do “rating” da dívida de Portugal e afirmou que,

segundo a Standard & Poor’s, esta sairá da categoria de “lixo” se o caminho seguido nesta legislatura se mantiver. “Uma agência de notação financeira reconhece que, se continuarmos em Portugal este caminho, sairemos do lixo em que nos colocaram, reconhecendo os méritos de todo o esforço que os portugueses têm feito”, afirmou Pedro Passos Coelho, num jantar-comício da coligação, no pavilhão da Associação Empresarial da Região de Castelo Branco. O presidente do PSD referia-se à decisão da Standard & Poor’s de passar a classificação da dívida soberana de longo prazo de ‘BB’ para ‘BB+’, que ainda faz parte da categoria designada por “lixo”, ficando uma nota abaixo do que é considerado nível de investimento. “É um sinal dos tempos de que o esforço que fizemos está a ser reconhecido, já não apenas pelos portugueses, mas também por aqueles que lá fora olham para a nossa economia e acreditam em nós e na nossa capacidade de dar a volta aos problemas, de não nos conformarmos com as desgraças e de olharmos em frente”, acrescentou.





Passos Coelho lamentou que, no mesmo dia em que foi conhecida esta decisão, o secretário-geral do PS, António Costa, tenha anunciado, em entrevista à Antena 1, que, se for oposição, não viabilizará o próximo Orçamento do Estado, e considerou que António Costa “promete conflitualidade, promete instabilidade”.

Ainda em relação à melhoria da classificação da dívida de Portugal, o chefe do executivo PSD/CDS-PP referiu que a Standard & Poor’s justificou essa decisão “dizendo justamente que em Portugal a actividade económica e a consolidação orçamental estão a recuperar em linha com as expectativas, colocando a dívida pública numa trajectória descendente após 15 anos consecutivos de aumentos”.

“Hoje, portanto, o nosso presente não é igual ao nosso passado. O nosso presente é um presente com resultados para as empresas portuguesas, com resultados para os trabalhadores portugueses, com resultados positivos para os cidadãos portugueses. E também um presente de maior credibilidade para o próprio país”, concluiu.

O jantar abriu com intervenções do cabeça-de-lista no distrito, Manuel Frexes, e do primeiro nome do CDS-PP na lista, Nuno Reis, a que se seguiu a do vice-presidente do CDS-PP Nuno Melo. Com Paulo Portas ausente num debate televisivo, Nuno Melo insistiu na crítica dirigida a António Costa por ter dito que votará contra o Orçamento do Estado de 2016, caso o PS perca as eleições: “Mostra que enquanto candidato a primeiro-ministro ou como líder da oposição, que acredito será, não constrói, destrói e isto diz muito de si. É o nós ou o caos, o eu ou ninguém”, acusou Melo.

### “Precisamos de estabilidade”

Passos Coelho acusou ainda o secretário-geral do PS de ameaçar os eleitores ao anunciar que, se for oposição, não viabilizará o próximo Orçamento, e considerou que a maioria dos socialistas não se revê nessa posição. “Eu não acredito que a maioria dos socialistas se reveja nesta posição”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD acusou o secretário-geral do PS de “procurar dividir os portugueses, ameaçar os eleitores e prometer conflitualidade e instabilidade”, acrescentando: “Não é uma maneira madura de tratar civicamente uma democracia que nestes 41 anos merecia mais nestas eleições de Outubro”. Recorde-se que em entrevista à Antena 1, o secretário-geral do PS anunciou que não viabilizará o Orçamento do Estado para 2016 caso a coligação entre PSD e CDS-PP ganhe as eleições legislativas.

“A última coisa que fazia sentido é o voto no PS, que é um voto de pessoas que querem mudar de política, servisse depois para manter esta política. É evidente que não viabilizaremos, nem há acordo possível entre o PS e a coligação de direita”, disse António Costa.

Reagindo a estas palavras, Passos Coelho invocou a história dos socialistas: “O PS também tem uma história em Portugal que está ligada à nossa democracia e que está ligada ao respeito e à consolidação de um processo democrático pluralista e importante para a coesão da sociedade portuguesa”. “Eu não acredito que muitos socialistas se revejam nesta maneira de tratar os portugueses, nesta maneira de tratar Portugal, depois de tudo o que aconteceu”, reiterou.



Por outro lado, sustentou que António Costa muda de mensagem consoante a plateia: “Não podemos à terça-feira quando falamos com os empresários dizer com ar grave que é importante acabar com a confrontação na sociedade portuguesa e garantir a estabilidade, e à sexta-feira prometer a guerra e a destruição ao país se o país não nos der aquilo que nós queremos”.

Segundo Passos Coelho, o secretário-geral do PS “a contribuir para a criação de um clima de coesão nacional, de solidariedade nacional”, demonstra que não aprendeu com o passado.

Numa intervenção que durou cerca de meia hora, perante aproximadamente mil pessoas, Passos Coelho disse que se enganam aqueles que pensam que a coligação PSD/CDS-PP está cansada e deu por terminada a sua missão e defendeu que a governação dos últimos quatro anos “valeu a pena”.

No final do seu discurso, o presidente social-democrata pediu “com humildade” o voto dos portugueses: “Precisamos, sim, de estabilidade. Precisamos, sim, de apoio político. É nas eleições, com humildade, que se pede esse apoio, e é com humildade que eu peço esse apoio a Portugal, para que os bons resultados que temos não andem para trás”.

# “Há um antes e um depois” na agricultura portuguesa



Os presidentes do PSD e do CDS-PP criticaram a política agrícola do anterior executivo do PS, e em especial o ex-ministro Jaime Silva, e defenderam que a agricultura sofreu uma transformação nos últimos quatro anos. “Há um antes e depois de nós termos chegado ao Governo”, afirmou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, depois de a coligação Portugal à Frente ter passado a manhã de sábado a visitar campos de milho e de tomate e uma adegas no distrito de Santarém.

Passos Coelho atribuiu ao PS “um passado de conflitualidade e de desperdício”, considerando “que esteve muito simbolizado no ministro Jaime Silva”, e ao Governo um aproveitamento “ao máximo” dos fundos europeus, elogiando a ministra Assunção Cristas. Depois, ressaltou: “Evidentemente que esse problema que existiu com a agricultura não foi porque qualquer membro do Governo que nos antecedeu tivesse qualquer sanha à agricultura ou aos agricultores. O problema é que não acreditavam mesmo que este fosse um sector que economicamente pudesse ter relevância para futuro, deram-no por condenado”.

Os líderes do PSD e do CDS-PP estiveram depois na Quinta da Alorna, em Almeirim, e na Casa Cadaval, em Muge, no concelho de Salvaterra de Magos, onde visitaram a adegas.

## Oposição “aposta” no azar do país

O presidente do PSD destacou a descida do desemprego e a escolha de Portugal pela revista “Forbes” para melhor destino de investimento, acusando a oposição de apostar no azar do país. “Uma coisa é termos uma visão diferente, propostas diferentes do que que queremos fazer, outra coisa



é achar que só temos sorte se o país estiver suficientemente mal e tiver azar para que as minhas propostas possam ser mais atractivas do que as dos outros”, afirmou Pedro Passos Coelho, num almoço com apoiantes da coligação Portugal à Frente (PSD/CDS-PP), em Ourém.

Referindo a descida do desemprego, com dados do Instituto do Emprego, bem como a revista “Forbes” ter eleito Portugal o primeiro de uma lista de dez países em que recomenda investir, Passos Coelho lastimou aquilo que considera ser “o retorno de uma velha política, de um velho estilo, demagógico, palavroso, em que tudo está mal, em que tudo o que possa ser bom é um obstáculo eleitoral, em que todas as boas notícias possam representar uma desvantagem para aqueles que possam querer ter a ambição de ganhar as eleições”.

O líder social-democrata e Primeiro-Ministro enalteceu, em jeito de perguntas para a assistência, “três boas notícias”, a começar na decisão da agência Standard & Poor’s de passar a classificação da dívida soberana de longo prazo de ‘BB’ para ‘BB+’, que ainda faz parte da categoria designada por “lixo”, ficando uma nota abaixo do que é considerado nível de investimento. “Uma das revistas mais prestigiadas ao nível económico publicou o seu índice internacional sobre os melhores países para investir. E sabem que mais? Portugal está na lista dos dez países em que se aconselha investimento. E nesse ‘top 10’, nessa lista das melhores economias para investir, sabem qual é a posição Portugal ocupa? A primeira posição”, afirmou.

Passos Coelho referiu-se depois aos dados divulgados na sexta-feira pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), segundo os quais o desemprego registado no final do mês de agosto baixou 14,0% em termos homólogos (em relação ao mesmo mês do ano anterior).

“Uma coisa importante também, porque, às vezes, estes números ditos assim não dizem tudo: caiu também o número de casais desempregados, 12 por cento menos de casais desempregados entre agosto do ano passado e agosto deste ano”, frisou.

O presidente do PSD realçou também que houve “uma

melhoria das ofertas de emprego que as empresas apresentam nos centros de emprego”, que cresceram 30 por cento, aumentando em 38 por cento as colocações conseguidas pelos centros de emprego.

“Todos os portugueses se esforçaram muito para que o seu país chegasse a um tempo em que é perfeitamente comum que se crie emprego, que se atraia investimento, que se possa gerar confiança para o futuro”, afirmou, dizendo lamentar que a oposição não se regozije com “as boas notícias” para o país.

### Jantar-comício em Santarém

O presidente do PSD afastou também o que apelidou de “espantalho” de privatizações na Segurança Social, saúde e educação públicas e defendeu que Portugal se deve preparar para eventuais “dias menos bons” no que respeita às condições externas. Pedro Passos Coelho assumiu estas posições durante um jantar-comício, no centro de exposições

de Santarém, num discurso em que reiterou que conta com Paulo Portas para “continuar como vice-primeiro-ministro nos próximos quatro anos”.

Na sua intervenção, que durou perto de meia hora, o líder da coligação falou do resgate de 2011 e defendeu as políticas aplicadas pelo Governo PSD/CDS-PP nos últimos quatro anos, perguntando: “Há alguém que tivesse uma receita que pudessem produzir pelo menos os mesmos resultados, ou melhor?”.

Foi no final do seu discurso que Passos Coelho falou das actuais “condições excepcionais” para a economia portuguesa, referindo “o petróleo baixo” e “o euro muito competitivo”, e também a política do Banco Central Europeu que permite “juros baixos”, para deixar uma advertência: “Isso não vai durar eternamente”. “Nós não vamos ter eternamente estas condições boas. Nós temos a obrigação de dizer isso. Também houve no passado quem tivesse dito o que é que podia acontecer e políticos que não queriam ouvir porque não lhes



dava jeito”, acrescentou. “Nós sabemos: esta situação externa não vai durar sempre”, reforçou.

Depois, o presidente do PSD interrogou: “E quando ela mudar, como é que vai ser? Querem que Portugal seja apanhado outra vez desprevenido nessa ocasião, ou querem aproveitar as condições boas que temos hoje para nos prepararmos para os dias menos bons que hão de vir no futuro?”.

No que respeita à sua governação, Passos Coelho disse que nem o próprio executivo gostou de muitas das medidas que aplicou. “Mas há alguém que tivesse uma receita que pudesse produzir pelo menos os mesmos resultados, ou melhor? Em algum país, quando se chega à bancarrota, o país começa a crescer e a gastar dinheiro? Há algum caso, algum, um, que tenha passado por uma crise destas e o desemprego não tivesse aumentado e os rendimentos não tivessem caído?”, perguntou. “Quem conhece que diga. Eu não conheço”, desafiou.

Em seguida, respondeu àqueles que agitam “o espantinho” de que a coligação PSD/CDS-PP quer privatizar a Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o ensino público: “Nunca tivemos um SNS que estivesse tão capitalizado, tão pronto a responder aos portugueses. Nunca tivemos um serviço público de educação que estivesse tão ao serviço da formação dos jovens portugueses e de melhores qualificações para os portugueses, e nunca tivemos uma ação social, um apoio social e solidário tão forte quanto este Governo soube dar nestes quatro anos”.

“Escusam de agitar esses espantinhos, porque felizmente hoje o Estado social está de melhor saúde, e recomenda-se, do que em 2011”, sustentou. “Pagámos as dívidas dos outros, arrumámos a casa”, reivindicou.

Alegando ter governado “a dialogar” e “sem dividir Portugal”, Passos Coelho apresentou-se como um defensor de que é preciso “pôr as divergências partidárias de lado e pôr acima de tudo o interesse dos portugueses e de Portugal” e alguém que quer “mudar a política”, contra a “velha política”.

“Essa escolha cabe-vos a vós. Eu quero. Se eu não quisesse fazer essa escolha, tinha estado a fazer outros cálculos e tinha-me ido embora e posto ao fresco quando era bom e era fácil”, observou, a seguir.



# Secretário-geral do PS esconde-se atrás do silêncio

Num almoço de campanha da coligação PSD/CDS-PP no concelho de Mafra, distrito de Lisboa, Domingo, o presidente do PSD afirmou que procurará no PS quem dê a cara por uma reforma da Segurança Social que crie confiança entre os futuros pensionistas. “Uma reforma tem de ser alcançada. E nós iremos fazê-la, e iremos fazê-la em concertação social. E iremos procurar no principal partido da oposição quem possa dar a cara por essa reforma, não para fazer um acordo com o Governo da coligação, mas para fazer um acordo com Portugal, porque é Portugal que precisa dessa reforma”, declarou Passos Coelho.

Na sua intervenção, o presidente do PSD deu a entender que o objectivo dessa reforma não é diminuir as futuras pensões: “Nós temos de ter uma reforma da Segurança Social que crie confiança entre todos aqueles que são hoje pensionistas, e todos aqueles que, sendo hoje activos, amanhã não-de ser pensionistas e que não não-de estar à espera, com certeza, de revisões da Segurança Social para que a sua pensão possa ser diminuída - o que querem é ter a certeza de que aquilo que estão a descontar corresponderá à pensão que não-de vir a receber no futuro”.

Passos Coelho voltou a criticar o secretário-geral do PS, António Costa, por não especificar de que forma pretende poupar com as prestações sociais não contributivas. “O grave não é o maior partido da oposição dizer que defende que haja um maior escrutínio nas prestações que são pagas pela generalidade dos impostos”, considerou. “O mal é ter vergonha de dizer, esconder-se atrás de uma medida para não dizer quais são essas prestações. Nós demos a cara no passado por muitas medidas difíceis que preferíamos não ter tomado, mas nunca na vida nos



envergonhámos nem virámos a cara quando tivemos de defender o futuro do país, nem quando as eleições estavam à porta”, acrescentou.

Antes, Passos Coelho declarou que é frequentemente abordado na rua por pessoas que lhe perguntam se conseguia viver “com 270 euros de pensão, ou com 350 euros de pensão”, e apontou essas pensões como “uma injustiça que foi construída durante muitos anos”, salientando que

o Governo PSD/CDS-PP actualizou as pensões mínimas “que os outros congelaram”. “Não deixo de me perguntar: como é que em 41 anos de democracia o nosso Estado social não foi capaz de dar uma perspectiva de futuro, e neste caso de presente, hoje, a pessoas que trabalharam tantos anos com tantas dificuldades e que hoje só podem ter essas pensões?”, lamentou.

“Esta é uma injustiça que nós temos em Portugal, mas



sabem qual é a maior injustiça que pode acontecer? É aqueles que hoje descontam para que os nossos aposentados recebam as suas pensões, no futuro poderem não ter a certeza de receber as pensões a que têm direito”, concluiu.

Na véspera, sábado, em Torres Vedras, Pedro Passos Coelho pediu ao secretário-geral do PS, António Costa, que repense a sua recusa em negociar com a coligação PSD/CDS-PP uma reforma conjunta da Segurança Social. “Ainda estamos a tempo de fazer de outra maneira”. Dirigindo-se a António Costa, o presidente do PSD acrescentou: “Não lhe caem os parentes na lama, não perde um único voto por causa disso. Repense o que disse e disponibilize-se para fazer aquilo que é importante para Portugal, a reforma da Segurança Social que não quis fazer antes das eleições, mas pelo menos que a possamos fazer depois das eleições”.

Passos Coelho defendeu que “este é um problema real” que é possível “resolver sem instabilidade, sem pôr em causa as pensões em pagamento”. Depois, fez uma distinção entre as medidas aplicadas nos últimos quatro anos aos pensionistas e as políticas que projecta para o futuro: “Uma coisa foi o tempo de excepção que vivemos e que ultrapassámos, em que todos fizemos sacrifícios na medida das nossas possibilidades, outra coisa é o tempo



que estamos a viver. São coisas diferentes”.

Quanto ao PS, o presidente do PSD e Primeiro-Ministro sustentou que quem pretende governar tem a obrigação de contribuir para uma reforma da Segurança Social e disse não entender a posição de António Costa: “Não entendo, não entendo mesmo como é que é possível”.

Na sua intervenção, num jantar com cerca de 750 pessoas, Passos Coelho considerou que o Governo fez o que devia e não falhou e voltou a rejeitar as acusações de que se prepara para fazer privatizações nos sectores da educação e da saúde e de que quer destruir o Serviço Nacional de Saúde: “Dá vontade de rir”. Por outro lado, sugeriu que, se o PS voltar a governar, há o risco de um novo resgate, referindo que anteriores governos socialistas “tiveram de chamar o Fundo Monetário Internacional (FMI)” e perguntando se “terá de ser assim no futuro” e se “será um fatalismo”.

Por seu turno, o presidente do CDS-PP e vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, voltou a insistir na acusação de demagogia ao secretário-geral do PS, desta vez sobre portagens. “O Primeiro-Ministro foi recentemente a uma região do interior dizendo que o Governo deixaria pronto para o próximo Governo a possibilidade de fazer uma discriminação positiva a favor das regiões do interior tanto para famílias como para mercadorias”, introduziu Paulo Portas.

“O doutor António Costa terá ouvido isto e deve ter pensado: tenho de dizer mais. Então, hoje foi dizer que acabava com as portagens. Mas ele não queria usar as portagens para financiar a Segurança Social há uns dias atrás?”, questionou.

### “Silêncios ensurdecedores”

O presidente do PSD reiterou que se evitou um país de lesados do BES, e depois falou em “silêncios ensurdecedores”. “Temos de ter à frente do Estado e do Governo quem possa realmente lutar contra os privilégios, e só pode lutar contra os privilégios quem tenha provas dadas de que não está apenas ao serviço de alguns, mas sim ao serviço de todos. E aqui deixem-me dizer: nesta campanha eleitoral, há silêncios muito ensurdecedores”, declarou Pedro Passos Coelho, num jantar de campanha para as legislativas, no concelho de Torres Vedras.

Imediatamente antes, o presidente do PSD defendeu que “o Estado podia evitar e evitou que todo o país fosse transformado em enganados e em lesados do Banco Espírito Santo (BES)”, e disse não se arrepender “nem por um segundo de não ter dito à Caixa Geral de Depósitos que fosse salvar o Grupo Espírito Santo (GES), não por ser o GES, mas porque a função do Estado não é salvar grupos privados, a função do Estado é garantir a independência do Estado ao serviço dos cidadãos”.

Passos Coelho introduziu o tema do BES afirmando que se deve “governar para todos” e que “o Estado tem de ter realmente independência e isenção, não pode estar apenas ao serviço de alguns grupos económicos, tem de estar ao serviço de todos os cidadãos”. Depois, referiu-se ao encontro que teve hoje, no Cadaval, com pessoas que se consideram lesadas pelo BES, dizendo que são “pessoas que vivem uma vida angustiada por terem sido enganadas por quem devia já estar a responder por essa situação”, e expressou “a maior das considerações e preocupações por quem é enganado na sua vida nas relações comerciais e financeiras”.

“E creio que fizemos alguma coisa ao nível da justiça para que quem se sinta injustiçado a ela possa recorrer para ver reposta a justiça. Mas há uma coisa que o Estado podia evitar e evitou, é que todo o país fosse transformado em enganados e em lesados do BES. Isso nós evitámos, como era nossa obrigação”, acrescentou.

“É por isso que, quando olhamos para futuro, sabemos que não basta dizermos que queremos um Estado isento, é preciso prová-lo, quer haja eleições quer não haja, quer seja fácil ou difícil. Se queremos um Estado que esteja ao serviço de todos, então temos de ter à frente do Estado e do Governo quem possa realmente lutar contra os privilégios”, prosseguiu.

Foi neste contexto que Passos Coelho deixou a opinião de que, “nesta campanha eleitoral, há silêncios muito ensurdecedores”, mudando em seguida de assunto, para a questão da Segurança Social.



# Pôr fim ao “ciclo vicioso” de resgates externos

PORTUGAL À FRENTE 



O ano escolar arrancou com “normalidade”, sem “dramas, com a colocação dos professores” e a constituição de turmas. Falando em Beja, segunda-feira, 21 de Setembro, após uma visita a uma empresa de produção de azeite, o Primeiro-Ministro referiu que “não houve dramas com a colocação dos professores, com a constituição das turmas e isso é positivo”.

Passos Coelho fez um balanço muito positivo da acção do Governo na área da educação, considerando que, “nestes anos”, o sistema educativo “melhorou significativamente”, ilustrando com dados como a diminuição do abandono escolar precoce de 28 para 17 por cento, a introdução dos 12 anos de escolaridade obrigatória, a integração de 4 mil professores no quadro ou a aposta no “ensino vocacional”, com 10 mil empresas a formarem alunos do secundário.

Nas propostas para os próximos anos, Passos Coelho destacou a generalização do pré-escolar aos quatro anos de idade e, no fim da legislatura, aos três anos, e o lançamento do programa “saber mais” de combate ao insucesso escolar.

Passos Coelho reiterou que este programa estará “destinado a alunos que ainda estão dentro do insucesso escolar e que desde muito cedo não têm uma verdadeira oportunidade de poder recuperar nestas áreas mais sensíveis da matemática e do português e acabam por estar mais condenados ao insucesso e, portanto, ao desemprego, e, portanto, a baixos salários no futuro”.

Questionado sobre o valor a partir do qual defende o chamado plafonamento das pensões, o líder da coligação ressaltou que as alterações incidirão sobre as “pensões que valem vários milhões de euros”, as chamadas “pensões milionárias” e que não incluem a “grande maioria” das pessoas. “A pensão média, estatutária, em Portugal, anda por valores que não são muito superiores a 900 euros. Estamos a falar de múltiplos disto, de três vezes isto, quatro vezes



isto, cinco vezes isto. Não estamos a falar de uma coisa que deva, no essencial, preocupar a grande maioria daqueles que recebem”, disse.

Passos Coelho relacionou esta matéria com as poupanças que, disse, o PS tencionava fazer na Segurança Social, 1.020 milhões em prestações sociais e cerca de 1.660 milhões de euros nos próximos quatro anos congelando pensões.

Segundo o presidente do PSD, “António Costa veio procurar responder” às questões que lhe têm colocado sobre a Segurança Social, “e quebrou o silêncio para simular uma resposta, mas não respondeu”.

A reforma da Segurança Social constitui, de acordo com o Primeiro-Ministro, “a reforma das reformas”, necessária para “garantir, não apenas aos actuais pensionistas, mas aos futuros pensionistas, que o princípio da confiança se há-de manter”. Passos Coelho considerou que é preciso ir além do que se fez no passado: “Não precisamos de meias reformas como aquelas que já foram feitas, que no fundo o que fizeram foi dividir o bolo por mais gente e, portanto, ir limitando as pensões e o valor das pensões para futuro, mas de uma reforma que dê confiança a cada um que recebe a sua pensão e àquele que hoje está a descontar, para exactamente saber qual é a pensão que vai receber no futuro”.



Central Europeu ao Estado português “não foram 78 mil milhões de euros”, porque o Governo prescindiu da última tranche.

Neste comício da coligação Portugal à Frente, Passos Coelho considerou que cada geração tem uma missão, e que a missão da “geração da democracia portuguesa” é pôr fim ao que apelidou de “ciclo vicioso” de sucessivos resgates externos.

Depois, voltou a pedir ao PS que concretize como é que pensa fazer poupanças com as prestações sociais não contributivas e onde é que vai buscar 1.660 milhões de euros com o congelamento de pensões, que não as mínimas, se actualmente essas pensões já estão congeladas: “Qual é a poupança? A poupança vem de onde? O que são estes 1.660 milhões? Como não há poupança nenhuma, este silêncio ensurdecedor do líder do PS não se compreende”.

Em Tavira, o presidente do PSD defendeu um melhor funcionamento dos serviços de emprego e uma nova lei das rendas, que permitam adequar as necessidades de trabalho às ofertas sazonais. “Numa altura em que ainda temos um nível de desemprego razoavelmente alto, está nos dois dígitos, está acima dos 10 por cento, e há esse desemprego muito pouco qualificado, faria sentido uma organização melhor dos serviços de emprego que pudesse trazer mão-de-obra portuguesa para estes casos que, nós sabemos são sazonais, mas até são sazonais de forma um bocadinho simétrica à outra sazonalidade que temos aqui [no Algarve]”, afirmou Passos Coelho.

Passos Coelho e Paulo Portas visitaram uma exploração de frutos vermelhos, a Quinta da Campina da Luz, no concelho de Tavira, onde eram visíveis dezenas de trabalhadores estrangeiros e o líder social-democrata disse que a mão-de-obra imigrante é bem-vinda, mas “faria sentido” que se conseguisse “organizar melhor estas ofertas de emprego, casando-as com as necessidades que as pessoas têm”.

Depois, o presidente do PSD acrescentou que as pessoas estão também limitadas geograficamente com encargos como o crédito à habitação, que constituem “factores de rigidez” à mobilidade. “Por isso é que era tão importante uma nova lei das rendas que permitisse às pessoas terem mais mobilidade e irem à procura das oportunidades”, sublinhou.

Num comício no pátio da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, em Faro, o Primeiro-Ministro anunciou que a “15 de Outubro” Portugal vai “pagar 5,4 mil milhões de euros de Obrigações do Tesouro que foram contraídas há dez anos pelo Governo socialista”. Quanto aos reembolsos ao FMI, Passos Coelho referiu já “foram mais de oito mil milhões de euros de pagamentos antecipados” desde o início do ano. A este propósito, destacou que o valor do empréstimo da “troika” composta por FMI, Comissão Europeia e Banco



# Dívida soberana portuguesa melhora classificação



A agência Standard & Poor's (S&P) melhorou a classificação da dívida soberana de longo prazo de Portugal, de 'BB' para 'BB+', antecipando que haja uma continuidade das políticas seguidas "independentemente do resultado das eleições de Outubro". "A recuperação económica e a consolidação orçamental de Portugal continuam em linha com as nossas expectativas, colocando [o rácio] da dívida pública líquida sobre o PIB [Produto Interno Bruto] numa trajetória descendente, depois de 15 anos consecutivos de aumentos", lê-se no comunicado divulgado dia 19 de Setembro. Por isso, a Standard & Poor's decidiu aumentar o "rating" de longo prazo de Portugal, de 'BB' para 'BB+', ficando a República uma nota abaixo do que já é considerado como um nível de investimento, segundo a escala desta agência de notação financeira.

A ministra das Finanças afirmou que esta decisão constitui o reconhecimento de "uma melhoria continuada da situação económica do país". "[A decisão da Standard & Poor's] representa o reconhecimento, por parte da agência de 'rating', de que houve uma melhoria continuada da situação económica do País, recuperação do emprego e

também que há um processo de consolidação orçamental que permite que a dívida pública tenha entrado numa trajetória descendente pela primeira vez em 15 anos", declarou Maria Luís Albuquerque.

"É, naturalmente, uma notícia positiva, que olhamos como um encorajamento para continuar nestas políticas, tanto mais que a própria agência de 'rating' alerta que os riscos que podem levar, eventualmente, a uma nova descida, são precisamente não se continuar com as reformas estruturais, ou de haver um desvio significativo àquilo que são as metas orçamentais entretanto definidas", advertiu.

A ministra das Finanças, que falava aos jornalistas em Setúbal, reconheceu que Portugal ainda não atingiu o "grau de investimento", mas salientou que uma próxima subida já nos colocará novamente nesse patamar. Para Maria Luís Albuquerque, trata-se de uma mensagem clara da agência de 'rating', alertando para a necessidade de dar continuidade às políticas desenvolvidas nos últimos quatro anos. "O que eu leio naquelas palavras é que não poderá haver um desvio, após as eleições, dessas políticas

e dessas medidas, a não ser que se queira correr o risco de haver novamente uma descida do 'rating'. Fazerem neste momento uma subida do 'rating' é uma boa notícia, que reconhece os resultados já alcançados e o próprio comunicado contém os elementos necessários para que haja uma nova subida, que é essencialmente a continuação deste caminho, de reformas, de crescimento e de consolidação das contas públicas", frisou.

A ministra das Finanças advertiu, no entanto, que não obstante o comunicado da Standard & Poor's não antecipar qualquer movimento do "rating" de Portugal a curto prazo, isso não significa que tal não possa vir a acontecer. "De momento não antecipam que haja, a muito curto prazo, nem uma subida nem uma descida, mas isso não impede as agências de 'rating' de fazerem movimentos mais bruscos, num sentido ou noutro, como aliás, nós já assistimos no passado. Na prática o que estão a dizer é que reconhecem a melhoria e que ficam à espera para ver [para decidirem] qual é o próximo movimento", avisou.

# Nova esquadra da PSP de Cascais estará a funcionar em 2017

A ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, assegurou que a verba de 2,8 milhões de euros, necessária para as obras da futura sede da Divisão da PSP de Cascais, a funcionar em 2017, está “devidamente acautelada”. O conhecido “edifício amarelo”, instalado na Avenida Engenheiro Adelino Amaro da Costa, que estava a ser construído há uma década para instalar a sede da PSP de Cascais, vai ser alvo de uma intervenção para pôr fim a um problema que se arrasta há 60 anos.

A ministra da Administração Interna e o presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, assinaram um protocolo para a realização de obras que deverão estar concluídas em 2017.

Anabela Rodrigues assegurou que a verba necessária está acautelada. “Chegar até aqui foi muito importante e agora há que olhar para o futuro e está devidamente acautelado que a obra se irá iniciar e estará concluída em 2017. Está devidamente cabimentada a verba necessária para a conclusão da obra”, sustentou a ministra.

Anabela Rodrigues sublinhou ainda que Governo deu o “impulso necessário”, a um projecto que se foi arrastando há vários anos, prejudicando o erário público e sem servir a população. Melhor atendimento, melhores acessos e condições dignas às forças de segurança são garantias dadas pela ministra. “Isto vai ainda permitir que 12 elementos da PSP possam ser libertados para o patrulhamento e policiamento de proximidade”, acrescentou.

O presidente da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Carreiras, apontou a “irresponsabilidade e incompetência” de quem permitiu que este processo se arrastasse por várias décadas.

“Houve muita irresponsabilidade e muita incompetência, para não falar noutro tipo de adjectivação, e neste caso quem ficou prejudicado foi Cascais. Outros governos condicionaram, outros primeiros-ministros e outros ministros das Administração Interna condicionaram e muito a má qualidade das instalações que a PSP dispõe”, sustentou o autarca.

Carlos Carreiras disse não ter dúvidas de que é desta que a obra vai finalmente concretizar-se. “Ao fim de 60 anos, mais precisamente ao fim de 15 anos de um processo que não lembra a ninguém, temos agora um reinício de poder voltar a ter esperança num futuro para dar condições condignas às pessoas que trabalham nas forças de segurança em Cascais”, acrescentou.

À autarquia caberá promover o projecto, fiscalização e empreitada de reabilitação, adaptação e conclusão do edifício. A despesa na obra será suportada pelo município e reembolsada posteriormente pela Polícia de Segurança Pública.

As futuras instalações vão acolher a sede da divisão da PSP, bem como a esquadra de trânsito, o departamento de investigação criminal e o de fiscalização e intervenção policial, servindo um total de 200 elementos de segurança.

## Portugal apoiou proposta da Comissão sobre os refugiados

A ministra da Administração Interna afirmou em Bruxelas, que Portugal apoiou a proposta de recolocação de 120 mil refugiados apresentada pela Comissão Europeia, mas não foi possível ainda chegar a acordo a 28.

Falando no final de uma reunião extraordinária de ministros do Interior da União Europeia (UE), na qual os 28 falharam um acordo sobre um sistema de repartição de mais 120 mil refugiados, Anabela Rodrigues revelou que Portugal “manifestou desde o primeiro momento disponibilidade para participar no esforço de acolhimento



dos refugiados”.

Anabela Rodrigues disse que a proposta da Comissão seria aceite por Portugal, mas uma decisão jurídica da União ficou adiada, previsivelmente para 8 de Outubro.

A ministra rejeitou deste modo que se esteja a assistir a mais um falhanço da UE, considerando que a União Europeia “está a dar passos seguros, firmes”, e a “caminhar no sentido de encontrar a melhor solução”.

Nesse sentido, referiu, os ministros dos 28 “confirmaram” a decisão política de Julho passado sobre o acolhimento de 40 mil refugiados (cabendo a Portugal 1.500), mas, relativamente à nova proposta da Comissão, de recepção de mais 120 mil refugiados, embora haja uma maioria favorável (e baste maioria qualificada), não houve ainda um acordo que permitisse uma decisão jurí-

dica, apesar de a proposta de Bruxelas que foi discutida já prever um regime voluntário, e não de quotas obrigatórias.

Questionada sobre se Portugal aceita a “quota” de cerca de três mil refugiados que consta da proposta da Comissão, Anabela Rodrigues confirmou que a proposta da Comissão “encontrou da parte de Portugal uma resposta positiva e a maior abertura para contribuir para a solução”.

Sobre quando poderão os primeiros refugiados chegar a Portugal, apontou que estão em curso os procedimentos necessários, até porque, vinhou repetidamente, “é preciso condições para receber as pessoas com dignidade”.

A ministra da Administração Interna sublinhou ainda que o Governo está “a tomar todas as medidas para que, quando os procedimentos estiverem concluídos”, esse acolhimento possa ter lugar “o mais rapidamente possível”.

## “Momento histórico” no Colégio Militar



José Pedro Aguiar-Branco inaugurou, dia 16, o edifício do internato feminino no Colégio Militar, investimento orçado em cerca de 1,8 milhões de euros, e que este ano lectivo vai acolher 100 alunas. “Acho que é um momento que assinala uma nova realidade para o Colégio Militar, acabou-se um preconceito de discriminação de género que perdurou durante muitos anos, é uma nova etapa deste estabelecimento que vai garantir seguramente que no futuro haja mais oportunidades, quer para meninas, quer para meninos, num espírito são de convívio”, expressou o ministro.

O ministro da Defesa adiantou que o Colégio Militar vai manter “os mesmos valores de sempre”, que “estão

muito para lá do mero interesse da defesa nacional ou da estrutura nacional, porque daqui nascem homens e mulheres que amanhã serão os dirigentes do país nas diversas áreas da sociedade civil”.

Aguiar-Branco afirmou que “existe uma vontade renovada” em frequentar o Colégio Militar, destacando que “há um aumento relativamente ao início da reforma de cerca de 30 por cento”. “Muitas meninas a quererem preencher as vagas que estão disponíveis, significa que, quer do ponto de vista das instalações, que já foram criadas e já estão absolutamente preenchidas, quer da vontade de ter este tipo de formação diferente, mas com valor acrescentado pela parte que são os valores militares,

é um sucesso”, sustentou.

Aguiar-Branco ressaltou ainda que “mais difícil do que construir o edifício foi acabar com os preconceitos”.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Defesa, os dois estabelecimentos de ensino militar têm actualmente 965 alunos, dos quais 704 frequentam o Colégio Militar e 261, o Instituto dos Pupilos do Exército. Em 2011, o número de alunos a frequentar os dois estabelecimentos de ensino era de 752. Dos 704 alunos do Colégio Militar, 430 são rapazes e 274 são raparigas, estando em regime de internato 271 alunos e 100 alunas.

## Portugueses criaram 108 empresas por dia

Em 2015, foram constituídas 26.358 novas empresas, mais 10,5 por cento do que em 2014, revela o relatório do observatório de insolvências, novas constituições e créditos vencidos, enviado pela empresa de gestão de risco IGNIOS. Nos primeiros oito meses de 2015 foram constituídas mais de 26 mil empresas em Portugal, 108 por dia. Este ritmo é mais acelerado do que nos anos anteriores. Nos primeiros oito anos de 2013 foram criadas 100 empresas por dia e em 2014 foram criadas 99 empresas por dia. Relativamente a insolvências, foram declaradas insolventes quase 4.955 empresas entre Janeiro e Agosto deste ano, mais 2,7 por cento do que no ano passado. É no distrito de Lisboa que se constituem a maioria das empresas (28 por cento), segue-se o Porto (18,8 por cento) e, em terceiro lugar, Braga (8,2 por cento). As áreas de alojamento e restauração registaram um forte aumento no número de novas empresas, assim como o comércio de veículos e o comércio a retalho, que lidera no número de novas empresas, com 3.182 novas empresas.



# Conselho de Ministros de 17 de Setembro de 2015



1. O Conselho de Ministros aprovou uma linha de crédito com juros bonificados, disponível para os produtores de leite de vaca cru, para apoio a encargos de tesouraria ou de investimento associados à actividade.

Esta linha de crédito está integrada no Plano de Acção para Apoio ao sector leiteiro, que contempla um conjunto de acções, estratégias e medidas concretas que visam estimular o consumo interno do leite, incentivar as exportações, estabilizar os rendimentos dos produtores e promover a inovação e valorização dos produtos lácteos.

O valor global da linha de crédito agora aprovada é de 50 milhões de euros, sendo concedido, sob a forma de empréstimo reembolsável, pelas instituições de crédito que celebrem protocolo com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.), no qual é estabelecida uma taxa de juro nominal máxima.

Os empréstimos são concedidos pelo prazo máximo de quatro anos e amortizáveis anualmente, sendo permitido um ano de carência de capital.

2. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

Esta alteração tem como objectivo a racionalização dos custos de contexto através da clarificação e da actualização de critérios, harmonizando-se requisitos técnicos, ajustando-se a periodicidade das inspecções e regulando o regime relativo a recintos itinerantes e provisórios.

Decorridos sete anos da aprovação desta legislação, as alterações agora introduzidas resultam da apreciação levada a cabo pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e da comissão de acompanhamento prevista na lei.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico do Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR) visando dotá-lo de meios e instrumentos que contribuam para a melhoria da sua competitividade internacional.

É removido um obstáculo que tem impedido a matrícula de um número assinalável de navios no MAR, e que respeita às garantias dos credores hipotecários, e são introduzidas alterações para a simplificação de alguns procedimentos, designadamente os relativos às formalidades para a constituição, modificação e extinção das hipotecas e seu registo na Conservatória do Registo Comercial Privativa da Zona Franca da Madeira.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo uma directiva da União Europeia sobre as substâncias prioritárias no domínio da política da água.

Trata-se de uma directiva que integra a evolução do conhecimento técnico e científico e que, consequentemente, revê a lista de substâncias prioritárias, identifica novas substâncias para acção prioritária estabelecendo as correspondentes normas de qualidade ambiental.

5. O Conselho de Ministros delegou na Ministra de Estado e das Finanças a competência para autorizar o desenvolvimento do contrato de aquisição de uma solução tecnológica de Gestão de Recursos Humanos Partilhada para a Administração Pública Portuguesa (GeRHuP), designadamente pela sua extensão aos órgãos e serviços do Ministério da Educação e Ciência.

Esta decisão visa proceder à implementação do GeRHuP, através da ESPAP, I.P., nos órgãos e serviços do Ministério da Educação e Ciência, prevendo-se atingir, de forma gradual, 151 mil trabalhadores, 811 agrupamentos escolares (aproximadamente 6 mil escolas), o que, de acordo com estimativas do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE, I. P.), deverá gerar uma poupança de 26 milhões de euros por ano naquele Ministério.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração aos Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., (AICEP), incluindo nas suas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais, matéria até aqui da responsabilidade da Parque Expo, S.A., agora em liquidação.

A AICEP passa, assim, a assegurar a participação de Portugal nas exposições universais e internacionais, algumas delas já calendarizadas, contribuindo para a promoção do País no estrangeiro.

Pretende-se reforçar o pleno aproveitamento desses eventos para dar maior visibilidade ao País, aproximá-lo das comunidades portuguesas e promover a economia portuguesa, nomeadamente, em áreas estratégicas como a agricultura e a energia.

7. O Conselho de Ministros aprovou a classificação do Edifício do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) como monumento nacional.

A classificação do Edifício do Posto de Comando do MFA, incluindo o património integrado, no antigo quartel do Regimento de Engenharia n.º 1, tem como critérios o evidente valor histórico e memorial e o elevado conteúdo simbólico.

No edifício fica instalado o Núcleo Museológico do MFA, reproduzindo as condições do espaço no dia 25 de Abril de 1974, com a sala de operações integralmente montada, uma sala de exposição permanente e uma sala de exposições temporárias.

# Governo regional virou as costas aos produtores de leite

O Presidente do PSD/Açores afirmou que o governo regional “virou as costas aos produtores de leite da região, numa altura em que o sector vive uma grave crise, perante a descida acentuada do preço do leite à produção”. Duarte Freitas falava à margem dos trabalhos parlamentares, tendo recordado que “foi este mesmo governo regional que garantiu estar preparado para o fim das quotas leiteiras. Não era verdade. Este governo regional nada fez para acautelar a situação, não tendo evitado chegarmos até esta grave situação”, declarou.

Para o líder social-democrata dos Açores, as soluções apresentadas por Bruxelas “são insuficientes, pelo que é preciso mais, e porque afinal as respostas que o governo açoriano anunciou não estão no terreno, ou seja não foram apresentadas medidas no âmbito da política agrícola regional perante esta grave crise”.

O presidente do PSD/Açores voltou a defender a urgência de se criar, “ao nível da União Europeia, um mecanismo automático de salvaguarda de rendimento dos produtores de leite”. “Desta forma, o governo regional não se apresenta como a solução para o que se está a passar no sector leiteiro regional, está sim a ser um problema para os nossos produtores”, concluiu Duarte Freitas.



## As “explicações confusas” do PS



O PSD/Açores considera “confusas” as explicações do secretário regional da saúde quando quis distinguir “as unidades de saúde familiares, que funcionam no continente português, dos recém-criados, na região, núcleos de saúde familiares”, salientando que “os mesmos não vão aumentar a cobertura dos cuidados de saúde primários nos Açores”, afirmou o deputado Luís Maurício.

O social-democrata revelou indignação pela posição da tutela açoriana face “a um modelo implementado por governos socialistas no continente”, referindo que as palavras de Luís Cabral “devem ter arrepiado a bancada do PS na Assembleia, pois a sua opção é exactamente o contrário do que propõe o candidato a Primeiro-Ministro, António Costa, que promete mais 100 unidades de saúde familiares pelo país”.

Segundo o deputado do PSD/Açores, “o secretário regional da Saúde revela falta de visão quando afirma que com as Unidades de Saúde Familiares (USF), se gastava mais. Os ganhos em Saúde não são imediatos. Primeiro é preciso investir para depois colher resultados”, afirmou.

Luís Maurício questionou o governante para saber, “dos 67 mil açorianos que não têm médico de família, e isso foi já admitido pelo secretário regional da saúde, quantos vão passar a ter cobertura por parte de um médico, enfermeiro e administrativo, os elementos constituintes dos Núcleos de Saúde Familiar que se estão a implementar nos Açores”. “É preciso não confundir a mimetização que o Governo dos Açores pretende estabelecer com a criação dos Núcleos de Saúde Familiar e as USF, que funcionam, estas últimas, em território Continental”, explica.

“As segundas aumentam a cobertura da população em cuidados primários de saúde, com uma organização de gestão, que contempla objectivos a atingir em termos da melhoria dos indicadores de saúde. Os Núcleos de Saúde Familiar, agora criados, não aumentam a cobertura em termos de cuidados primários de saúde. Juntam a um especialista de Medicina Geral e Familiar, que tinha já a sua lista de utentes, uma Enfermeira e um Técnico Administrativo, que trabalharão de uma forma, tendencialmente, coordenada, mas sem atenderem mais utentes. Serão os mesmos que antes já eram observados pelo Médico de Família” disse.

# Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

## CAVACO SILVA NO ALENTEJO

# A AGRICULTURA TERÁ NO PRÓXIMO ANO MAIS 77% NO ORÇAMENTO



*Criar uma Agricultura de rosto humano — Cavaco Silva entregou títulos de terras a pequenos agricultores no Alentejo.*

A agricultura será a «prioridade da acção» do Governo de Cavaco Silva que em terras do Alentejo, anunciou que a verba destinada para aquele sector no Orçamento de Estado de 1987 será superior em 77 por cento à do ano passado.

O primeiro-ministro, revelou ainda que a correcção dos desequilíbrios económicos, o reforço da economia e da solidariedade social, bem como a língua, cultura e património portugueses são alguns dos nove pontos das Grandes Opções do Plano.

Cavaco Silva referiu que pela primeira vez em Portugal, nos últimos 12 anos, «se fez um Plano a médio prazo» e também pela primeira vez, um Executivo projectou «a sua actividade para quatro anos».

«Passados 12 anos sobre

a Revolução de Abril, já era tempo de um Governo pensar no futuro. As grandes linhas de opção do Governo estão traçadas até 1990 e as metas que se propõe atingir apontam já para o ano 2000», disse.

O chefe do Governo distribuiu certificados de arrendamento a 13 agricultores do Alentejo, com a validade de nove anos. Cavaco Silva anunciou ainda o pagamento, já para Outubro, dos subsídios de gasóleo.

Na sexta-feira, em Beja, Cavaco Silva visitou uma instituição da terceira idade e as instalações das novas Escola Secundária, Superior de Educação, e Superior Agrária. Esteve depois em Cuba e na Vidigueira, visitando o Lar da Terceira Idade, em fase de construção e a Adega Cooperativa. Também no Alentejo e em Romão, o Primeiro-Ministro foi recebido nas

respectivas Câmaras Municipais, tomando contacto com os anseios das populações e inteirando-se da obra realizada, visitando instituições ligadas à Educação e Segurança Social e distribuindo terras a agricultores no Alentejo. O mesmo plano de trabalho foi cumprido em Portel, Mourão e Pomarinho. Na cidade de Évora, no Governo Civil, Cavaco Silva reuniu-se com as associações representativas das actividades do distrito. Ainda em Évora o Primeiro-Ministro assistiu à assinatura do protocolo entre o Ministério da Saúde e a Misericórdia relativo ao desenvolvimento e utilização do Hospital do Patrocínio. Seguidamente na Universidade foi assinado o protocolo de transferência do Convento de S. Bento de Castris, do Centro Regional de Segurança Social,

para a Universidade de Évora.

No sábado em Estremoz, Borba e Portalegre o Primeiro-Ministro cumpriu programas de trabalho semelhantes: assinatura da entrega do terreno para o Centro de Saúde de Estremoz; inauguração das novas instalações da cooperativa Agrícola de Borba e entrega de terras a agricultores de Borba, Vila Viçosa e Montemor. Posteriormente, no governo Civil de Portalegre, Cavaco Silva trabalhou com as Câmaras do Conselho Coordenador do Plano Integrado de Desenvolvimento Regional e entregou chaves de habitações sociais. O Primeiro-Ministro deslocou-se ainda a Fronteira (visitou as obras da piscina, em construção) e a Mora e Montargil onde inaugurou Lares de Terceira Idade.

TEMPO DE ANTENA  
DO PSD

Hoje na RTP-1  
(Após o Telejornal das 20 h)

INTERVENÇÃO  
DO  
PROF. CAVACO SILVA

INVESTIMENTO  
ESTÁ  
A CRESCER

PÁG. 3

A POSIÇÃO  
PORTUGUESA  
NO  
CONSELHO-ORÇAMENTO  
DA CEE  
DE OUTUBRO DE 1986

artigo de RUI CARPA

PÁG. 2



# Agenda de valor

Jaime Quesado (\*)

O Programa “Pólos de Competitividade”, estratégico para o desenvolvimento do país constitui uma aposta central na aplicação de um novo Modelo Estratégico para a Economia Portuguesa. Em tempo de profunda crise internacional, com a maior parte dos sectores de actividade confrontados com falta de perspectivas de recuperação, a dinamização deste Projecto é essencial. Os “Pólos de Competitividade”, como projectos integrados de base regional, acabam por ser um importante teste à capacidade de encontrar novas soluções associadas à Inovação e Conhecimento, criando condições para uma nova aposta para o futuro.

Os actores económicos e sociais (Municípios, Universidades, Associações Empresariais, entre outros) na apresentação de soluções estratégicas para os Pólos de Competitividade acabaram por ser uma surpresa positiva. Desde o “Health Cluster” ao Automóvel e às TIC, entre outros, todos os protagonistas do conhecimento vieram a jogo. Trata-se dum movimento de “aglomeração de base” da sociedade civil, numa lógica de “eficiência colectiva” em que a capacidade regional de afirmar capacidades numa lógica mais global vem ao de cima. Os objectivos estratégicos dos Pólos são claramente um exemplo de exame à capacidade efectiva dos territórios de “agarrarem” o desafio da Competitividade dum forma estruturada e coerente.

O sucesso dos Pólos de Competitividade é fundamental para o futuro do país. É um objectivo que não se concretiza meramente por decreto. É fundamental que a sociedade civil agarre de forma convicta este desígnio e faça da criação destas “Novas Plataformas de Competitividade” a verdadeira aposta estratégica colectiva para os próximos anos. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro desígnio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento económico. Inovação, Conhecimento e Criatividade são as palavras-chave de uma estratégia centrada na criação de valor Global com efeito no Emprego e Riqueza.

O papel do Investimento Directo Estrangeiro de Inovação, articulado com Universidades e outros Centros de Competência, vai ser decisivo nesta área e ao Estado caberá a inelutável missão de regular com rigor e sentido estratégico. Mas a chave do segredo estará na capacidade local de fazer a diferença. Os Actores da Competitividade (Municípios, Universidades, Associações Empresariais) terão que saber desenvolver um verdadeiro “pacto estratégico” para o futuro do seu território. E as opções terão que ser claramente assumidas. Por isso, impõe-se que rapidamente este Projecto Estratégico passe para a Agenda da Competitividade e Crescimento. Competir com Valor é a única opção que se impõe nos próximos tempos complexos que se desenham no futuro mais próximo.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 23 de Outubro de 2015, (sábado), pelas 20h30, na Casa da Botica, sita no Largo Barbosa e Castro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política local e nacional

